



14 DE DEZEMBRO DE 2011

Quarta – feira

- **NOTÍCIAS CNI (ANEXO)**
- **Medo do desemprego aumenta no Brasil**
- **Governo quer baixar IPI de carro nacional**
- **BNDES vai emprestar R\$ 1,8 bilhão a eólicas**
- **Com caixa para crescer**
- **Brasil poderá emitir títulos em yuans pela primeira vez, diz Valle**
- **Governo quer criar base de exportação de autopeças no Mercosul**
- **Setor de peças e metalúrgicos querem mudar conteúdo local**
- **STF julga responsabilidade de sócio**
- **Butori: expectativa de forte crescimento em 2013**
- **Renault comemora melhor ano no Brasil**
- **IBGE estima queda na venda de veículos no varejo**
- **Gfip - Declaração pode ser retida para análise por irregularidade ou erro**
- **IR - Pessoa Física - A RFB irá creditar o 7º Lote do IRPF 2011 amanhã, dia 15/12**
- **IR - Fonte - Vence hoje, 14/12, o imposto retido no 1º decêndio de dezembro**
- **Direito do Trabalho - Justa causa: empregado não faz jus a férias proporcionais com um terço**
- **Tribunal - Turma reconhece estabilidade de gestante em contrato de experiência**

- **PIS e COFINS - Contribuições retidas na 2ª quinzena de novembro vencem dia 15/12CSLL,**
- **Aposentadoria - Novo perfil da população pede mudança na Previdência e nas políticas distributivas**
- **Energia Elétrica - ONS informa que o consumo de energia elétrica continua em alta no país**
- **Débito Trabalhista - Devedores trabalhistas podem consultar cadastro e antecipar pagamentos**
- **IR - Pessoa Jurídica - Impostos federais poderão ser pagos com cartão de crédito**
- **Embraco terá compressores autolubrificantes**
- **Chineses devem comprar Saab, GM se opõe**

Câmbio Em 14/12/2011		
	Compra	Venda
Dólar	1,876	1,876
Euro	2,435	2,437

Fonte: BACEN

Medo do desemprego aumenta no Brasil

14/12/2011- Gazeta do Povo

Marcelo Azevedo, economista da CNI, explica que, mesmo com a alta, o índice em setembro estava em um patamar muito baixo e a expectativa era de que voltaria a crescer. "Na próxima pesquisa, a ser divulgada em março, nossa expectativa é de que o índice cresça novamente", avalia. Em setembro, o indicador chegou ao piso histórico registrado, mas, na avaliação de Azevedo, neste momento de crise mundial, a tendência é de que o medo do desemprego continue a aumentar nos próximos meses.

A alta foi puxada, principalmente, pelo aumento da parcela de pessoas que afirma estar com muito medo do desemprego – que subiu de 12,8% em setembro para 19,2% em dezembro. O percentual dos entrevistados que disseram estar com pouco medo do desemprego recuou de 30,2% para 23,1% no período. A parcela dos que responderam estar sem medo do desemprego aumentou de 57% em setembro para 57,7% em dezembro. Na pesquisa, o entrevistado responde à pergunta: "Você, ou alguém da sua família, acredita que o desemprego vai afetar a sua vida familiar?".

O levantamento do Índice de Medo do Desemprego foi elaborado pela CNI a partir de pesquisa de opinião pública realizada pelo Ibope. Foram ouvidas 2.002 pessoas em 141 municípios entre 2 e 5 de dezembro.

Governo quer baixar IPI de carro nacional

14/12/2011- Gazeta do Povo

O governo Dilma prepara a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de carros nacionais dentro da reformulação do regime automotivo brasileiro. A medida visa reaquecer as vendas no mercado automobilístico, em queda nos últimos meses, e aumentar o índice de nacionalização dos carros fabricados no país.

Renault fará sete lançamentos no Brasil no próximo ano

A Renault anunciou ontem que fará sete lançamentos no Brasil em 2012, entre versões de modelos atuais e novos produtos. Ao divulgar seu balanço de 2011, um ano considerado bastante significativo pela marca, a direção da montadora afirmou que fechará o ano com 5,6% de participação de mercado e que vai buscar uma fatia de 6,5% em 2012. A empresa vai iniciar o próximo ano com presidente novo no país. Olivier Murguet assume o posto hoje ocupado por Jean-Michel Jalinier, que volta para a França e ficará com o comando da Renault Sport F1.

A produção da fábrica de São José dos Pinhais (região metropolitana de Curitiba) será aumentada em 100 mil veículos no ano. Serão criados ainda novos centros de engenharia e de treinamento. A Renault planeja alcançar 8% de participação no mercado nacional até 2016, atingindo a marca de 300 mil veículos comercializados ao ano. Em outubro passado, foi divulgada a injeção de mais R\$ 500 milhões na fábrica do Paraná, totalizando R\$ 1,5 bilhão para o atual ciclo de investimento 2010-2015.

Na retrospectiva de 2011, a montadora francesa afirma ter atingido participação histórica de mercado em novembro, ao chegar a 7,2% de presença nas vendas

internas, contra 5,2% um ano antes. De janeiro a novembro, a empresa elevou suas vendas em 21,6% em relação a igual período do ano anterior, taxa que equivale a cinco vezes o avanço do mercado (4,3%). Entre os modelos que mais ajudaram a marca a crescer estão o Sandero, o Fluence, o Mégane Grand Tour e o utilitário esportivo Duster.

A redução do IPI, em estudo pelos ministérios da Fazenda e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, será concedida às montadoras que cumprirem diversas etapas de produção no Brasil na montagem de seus veículos. Entre essas etapas estão, por exemplo, a realização da pintura do automóvel, soldagem e estamparia. Além disso, as montadoras terão de elevar seus investimentos em pesquisa e desenvolvimento e se comprometer a comprar autopeças produzidas no Brasil.

Ainda não há data fechada para o anúncio da medida, já que ela não está finalizada pela equipe técnica do governo e ainda depende do aval da presidente Dilma. A medida é similar à adotada durante a crise econômica de 2008/2009, quando o governo Lula, para evitar demissões no setor, cortou o IPI dos carros. Na época, o imposto de carros populares caiu de 7% para zero. O de carros médios, de até 2 mil cilindradas a gasolina, foi reduzido de 13% para 6,5%.

Segundo assessores, a redução do imposto será gradual, de acordo com o cumprimento de cada etapa de nacionalização pelas montadoras instaladas no país. A medida já estava em estudo desde que o governo decidiu elevar o IPI de carros importados em 30 pontos percentuais em setembro. O aumento poderia atingir até os carros nacionais, desde que eles não atingissem um percentual de conteúdo local de 65%. Atualmente, as principais montadoras instaladas no país já atingem esse índice, mas calculado de acordo com o faturamento dessas empresas.

O governo prepara, ainda, uma regra de transição para reduzir o IPI dos carros importados. A ideia é beneficiar as montadoras que se comprometam a instalar fábricas no país. Neste caso, elas receberiam de volta o IPI pago a mais desde que comprovassem que estão cumprindo etapas para a instalação de suas unidades no Brasil.

BNDES vai emprestar R\$ 1,8 bilhão a eólicas

14/12/2011- Gazeta do Povo

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) informou ontem que sua diretoria aprovou crédito de R\$ 1,8 bilhão para a instalação de 26 parques eólicos no Rio Grande do Norte. Os recursos serão aplicados em quatro projetos distintos, que somarão 628,8 megawatts (MW) em potência instalada. O crédito do BNDES corresponde a cerca de 70% do investimento total estimado para as usinas, mas o banco terá participações diferentes no custo total de cada um dos quatro empreendimentos. A maior delas será no Complexo Eólico Asa Branca, da Contour Global do Brasil, que terá 75% do investimento de R\$ 600 milhões financiado pelo banco. O complexo reúne cinco parques que somam 160 MW.

Com caixa para crescer

14/12/2011- Valor Econômico

Onze companhias estrearam na bolsa brasileira em 2011. Considerando os recursos que entraram no caixa das empresas, e não no bolso dos acionistas, captaram perto de R\$ 5 bilhões.

O **Valor** entrou em contato com todas as novatas. A T4F, do ramo de entretenimento, não concedeu entrevista. A oferta da empresa movimentou R\$ 538 milhões sendo que 35% do total foram para o caixa. A varejista Magazine Luiza informou que divulgará apenas no fim do ano quanto dos R\$ 550 milhões captados na distribuição primária já foi gasto.

Somando o total levantado pelas outras nove, Arezzo, Sonae Sierra Brasil, Autometal, Queiroz Galvão Produção e Exploração (QGEP), International Meal Company (IMC), Brazil Pharma, Qualicorp, Technos e Abril Educação, juntas, ele se aproxima de R\$ 4,3 bilhões. Até o momento, elas gastaram cerca de R\$ 1,4 bilhão, ou 33% do que captaram.

O ano foi bastante fraco para o mercado de capitais, mas todas as empresas afirmam que não se arrependem de ter ido à bolsa - apesar de, algumas, inclusive, terem captado menos do que gostariam. A maior parte do dinheiro foi destinada a pagamentos de dívidas e aquisições. E muitas empresas iniciam 2012 ainda com o caixa cheio para concretizar os planos de crescimento.

Dentre as nove que fazem parte do levantamento, a fabricante de componentes automotivos Autometal continua com os R\$ 440 milhões disponíveis - não gastou nem um centavo.

Fernando Mearim, diretor financeiro e de relações com investidores, afirma que a empresa trabalhava em aquisições desde antes da operação e teve algumas propostas recusadas.

"Estamos hoje olhando 11 empresas no Brasil e duas no México. Algumas estão em processos mais avançados, outras em conversas preliminares. A intenção é fechar o quanto antes, mas só vamos entregar aquisição que seja geradora de valor", afirmou Mearim. O executivo diz que a empresa está sendo bem criteriosa nas compras. "Nossa estratégia é de longo prazo. O mínimo que esperamos em qualquer aquisição é 20% de taxa interna de retorno."

Também a Arezzo não fechou nenhuma aquisição - desejo comunicado no momento da preparação da oferta inicial -, embora tenha tentado. Em junho, divulgou que negociava com a marca de calçados femininos Santa Lolla, mas a transação não foi adiante.

"Em processos de fusões e aquisições, somos muito diligentes e dedicados. Mas o fechamento de um negócio não está só nas nossas mãos. O outro tem que querer também", diz o fundador da Arezzo, Anderson Birman.

Segundo ele, o projeto aquisições está andando de lado. Embora estejam de olho em oportunidades. "Temos ainda cerca de R\$ 140 milhões guardadinhos para compras", afirma.

Mas, no momento, a companhia prioriza o crescimento orgânico. Já utilizou R\$ 55 milhões para abertura de lojas, capital de giro, investimentos e ampliação de suas unidades.

A Brazil Pharma, holding de farmácias do BTG Pactual, gastou apenas em novembro 70% dos R\$ 414 milhões captados. Foram R\$ 14 milhões para a compra da Estrela Galdino, da Bahia, e R\$ 274 milhões para ficar com a rede de drogarias Big Ben, espalhada pela região Norte.

A Qualicorp, operadora de planos de saúde, destinou 15% dos R\$ 350 milhões que conseguiu na oferta de ações primária para aquisições. O presidente da empresa, Heráclito Gomes, afirma que abrir o capital era o melhor caminho para buscar recursos. "Antes da oferta, levamos dois anos para fechar três aquisições. Desde a operação, já fizemos três e estamos analisando mais algumas", diz.

Diminuir as dívidas foi a primeira opção da fabricante de relógios Technos, da Abril Educação e da IMC, dona das redes Frango Assado e Viena.

No caso da Technos, R\$ 113 milhões dos R\$ 181 milhões da oferta primária foram para abater o endividamento; R\$ 68 milhões estão no caixa. Thiago Picolo, diretor financeiro, afirma que a empresa está empenhada em encontrar novas oportunidades.

"Isso se daria via aquisições ou alguma outra iniciativa orgânica que a gente venha a fazer, mas num setor diferente. Seriam negócios que fogem do que é nosso foco hoje. Para vender relógio, com as marcas e o canal que temos, não precisamos de novos recursos porque geramos caixa", diz. Uma opção, conta, seria ingressar no segmento de óculos de sol. "Esse setor permitiria uma aproximação ainda maior com os varejistas que já temos relacionamento", afirma o executivo.

A Abril usou R\$ 100 milhões dos R\$ 370 milhões que captou para reduzir dívidas, conforme previsto. Outros R\$ 33 milhões foram para a compra do sistema de ensino Maxi.

Quando o assunto são novas operações, Manoel Amorim, presidente da Abril Educação, diz que olha ativos que tenham três características: boa qualidade; aderência às linhas de seus negócios, que têm alta taxa de crescimento; e tamanho que permita a empresa alavancar bastante o crescimento com a sua estrutura comercial.

"Diria que o mercado está favorável. Para uma empresa como a nossa, capitalizada, pouco alavancada, num mercado que está com ativos com preços mais baixos esta é uma ótima época para ir às compras. Nos próximos seis a doze meses, faremos mais duas ou três. Isso já deve representar em torno de 50% do montante que temos para esta finalidade."

A IMC usou R\$ 120 milhões dos R\$ 300 milhões que obteve com a oferta para o pré-pagamento de dívidas. O atual índice de endividamento da companhia é quase zero, então a empresa pode se alavancar caso faça aquisições maiores.

"Optamos pela bolsa para podermos também usar nossa ação como moeda para fusões e aquisições", diz Gonzalo Cardoner, diretor de relações com investidores da IMC.

Desde a chegada à bolsa, em março, a companhia já anunciou a aquisição da Aeroservicios de La Costa, que fornece refeições para companhias aéreas, e contratos para abrir restaurantes em três aeroportos operados pela Airplan, dois em Medellín e um em Montería, na Colômbia.

Os R\$ 180 milhões que foram para o caixa depois da oferta, mais a geração de caixa operacional prevista para os próximos anos, dão conta do projeto de expansão da companhia nos próximos três a quatro anos.

A operadora de shoppings Sonae Sierra Brasil usou 15% dos R\$ 465 milhões que captou em seus shoppings, para construção e também expansão.

"Nosso plano de desenvolvimento de 2011 a 2013 prevê gastos de R\$ 750 milhões. Metade desses recursos veio da oferta e o restante, de financiamento bancário", afirmou Carlos Corrêa, diretor financeiro e de relações com investidores da companhia.

A QGEP gastou R\$ 600 milhões do total de R\$ 1,5 bilhão que levantou na aquisição de blocos exploratórios.

Paula Costa, diretora financeira e de relações com investidores da Queiroz Galvão Produção e Exploração, conta que estrategicamente falando as operações foram muito importantes para os planos da companhia, que pode iniciar a sua campanha exploratória.

Brasil poderá emitir títulos em yuans pela primeira vez, diz Valle

14/12/2011- Valor Econômico

O Brasil poderá vender títulos denominados em yuans pela primeira vez para criar um referencial que ajudará empresas brasileiras a emitir papéis de dívida no mercado chinês, afirmou hoje o subsecretário da Dívida Pública do Tesouro, Paulo Valle, em uma entrevista em Hong Kong.

Valle participa do road show que o Brasil realiza na Ásia para atrair investidores internacionais. O road show chegou hoje a Hong Kong, após ter passado por Tóquio e Seul, e tem como objetivo divulgar o mercado financeiro nacional aos investidores na Europa, Ásia e Estados Unidos periodicamente.

Governo quer criar base de exportação de autopeças no Mercosul

14/12/2011- Valor Econômico

A política de aumento de conteúdo nacional em setores como a produção de autopeças terá medidas para estimular a criação de bases de exportação no Brasil e na Argentina, informou ao **Valor** o assessor internacional da presidente Dilma Rousseff, Marco Aurélio Garcia. Segundo Garcia, o governo brasileiro apoia a criação de um fundo para financiar fábricas no país vizinho e, para isso, Dilma decidiu apressar o envio, ao Congresso, do acordo que cria o Banco do Sul, com países do continente.

"Um dos efeitos da crise é uma desova muito grande de produtos industriais de países desenvolvidos nos mercados de países emergentes, na Argentina e no Brasil", disse Garcia, ao informar que Dilma, preocupada com os efeitos da iminente recessão mundial, quer manter relacionamento estreito com a Argentina para a atuação dos dois países no G-20, o grupo das economias mais influentes do mundo.

Em janeiro, começam a trabalhar dois grupos bilaterais, um dedicado a solucionar os atritos no comércio entre os dois países, e o outro com a tarefa de encontrar

mecanismos para a "integração produtiva", em setores como aeronáutico, defesa, naval e energia, além do automotivo. O "volumoso" déficit no comércio de autopeças com o resto do mundo vai levar a uma política comum, de exigência de maior produção nacional e regional para o setor, disse Garcia.

"Queremos reduzir esse déficit em duas direções: diminuir as importações e, também, fazer com que os setores de autopeças entrem no circuito internacional de produção automobilística", afirmou o assessor. "Já existem alguns exemplos de fábricas aqui na região, que exportam peças."

A política de aumento do conteúdo nacional ou regional na fabricação de mercadorias é uma resposta também às queixas de "reprimarização" da pauta de exportação brasileira, disse Garcia. Ele ressalva que o governo vê aspectos positivos na exportação de produtos básicos, como os agrícolas, por acreditar que eles têm incorporado tecnologia em sua produção.

Na impossibilidade de usar o BNDES para financiar investimentos de empresas estrangeiras fora do Brasil, o governo brasileiro se comprometeu com os argentinos em acelerar o início de funcionamento do Banco do Sul, uma instituição criada por inspiração da Venezuela, que terá capital em torno de US\$ 7 bilhões, dos quais entre US\$ 1 bilhão e US\$ 2 bilhões poderão ser integralizados pelo Brasil.

"Pensamos em criar no Banco do Sul uma espécie de fundo especial para ajudar a Argentina nessas questões", disse Garcia, que prefere não dar detalhes, por envolverem "tecnicidades". Segundo ele, Dilma decidiu acelerar a aprovação do banco pelo Congresso.

"Vamos mandar imediatamente o acordo de criação do Banco do Sul ao Congresso e fazer com que se possa votar o mais rápido possível o assunto", afirmou Garcia. O acordo foi aprovado pelos Congressos de Venezuela, Bolívia, Equador e Argentina - o Congresso argentino aprovou o acordo em setembro, por unanimidade. Falta apenas a aprovação de mais um dos países do continente para que o banco ganhe existência legal, e, na avaliação do governo, seria politicamente inconveniente para o Brasil aprovar o banco depois do início dos trabalhos da instituição.

Os argentinos se queixam de que linhas de financiamento, como o Finame, do BNDES, dão vantagens para as companhias brasileiras no continente. Está fora de questão, até por motivos legais, estender o Finame aos vizinhos, mas o fundo no Banco do Sul poderá reduzir o desconforto na Argentina, acredita o assessor do Planalto.

Garcia espera que haja redução dos atritos na fronteira, onde a Argentina tem retido a licença de importação de carregamentos de máquinas agrícolas, alimentos e calçados por períodos bem superiores aos 60 dias autorizados pela Organização Mundial do Comércio (OMC). Um grupo para discutir o tema também começará a se reunir em janeiro - o que indica que, até lá, não haverá mudanças significativas no trânsito bilateral de mercadorias

"Temos um comércio fortemente superavitário com a Argentina o que preocupa a eles e a nós também", argumentou o assessor, que tem sido interlocutor ativo com os governos vizinhos. Ele reconhece que parte das dificuldades comerciais da Argentina é fruto de políticas econômicas adotadas pelo próprio país. "Sabemos que uma das razões do superávit, que se dá em grande medida em produtos de maior valor agregado, são as transformações pelas quais a Argentina passou em décadas de políticas liberais, só revertidas nos governos Kirchner", disse Garcia.

A partir de 2015, o investimento de quase US\$ 6 bilhões da Vale na produção de fertilizantes em Mendoza, na Argentina, deverá gerar exportações anuais de US\$ 1 bilhão daquele país ao Brasil. "O Brasil está investindo pesadamente na Argentina", afirmou o assessor internacional da Presidência.

Setor de peças e metalúrgicos querem mudar conteúdo local

14/12/2011- Valor Econômico

Os representantes da indústria de autopeças e dos sindicatos de metalúrgicos esperam uma convocação do governo para participar dos últimos acertos do novo regime automotivo. Ambos querem reforçar a defesa pela mudança no cálculo do conteúdo nacional na tentativa de obrigar as montadoras a comprar mais peças feitas no Brasil. O presidente da Renault, Jean-Michel Jalinier, diz estar tranquilo porque faz parte da política da empresa dar preferência à compra de peças no país onde produz os veículos para fugir das oscilações cambiais.

O que mais chama a atenção da equipe do governo, segundo fontes da indústria, é a sucessão de déficits na balança comercial do setor. Do lado dos fabricantes de veículos, a balança comercial foi negativa em US\$ 2,3 bilhões em 2008, em US\$ 4,1 bilhões em 2009 e US\$ 5,4 bilhões em 2010. A projeção para este ano, ainda não divulgada, indica alta desse déficit.

Os fabricantes de componentes argumentam que a maior parte desse resultado negativo vem das importações de autopeças. Até a publicação do decreto que elevará o IPI dos carros com conteúdo nacional abaixo de 65%, nesta sexta-feira, não havia no país nenhuma exigência em relação a índice mínimo de conteúdo local, exceto para as empresas que querem usufruir da isenção de impostos de veículos comprados na Argentina.

Nesse caso, vale a regra do regime automotivo Brasil-Argentina, que exige conteúdo local de 60%. Ou seja, a montadora pode trazer carros do país vizinho isentos de Imposto de Importação desde que o veículo tenha sido feito com 60% de conteúdo regional - as peças podem ter sido produzidas em qualquer um dos dois países.

Como praticamente todas as montadoras instaladas no Brasil querem aproveitar o benefício fiscal do regime Brasil-Argentina, passou a ser quase uma regra atingir os 60%. Mas os fornecedores querem que o governo mude a fórmula de cálculo, hoje feita com base no custo de venda do veículo. Ou seja, entram na conta não apenas o custo de fabricar o produto como toda a despesa da venda, incluindo propaganda, e até os lucros que o fabricante obtém.

Um estudo que o Sindicato da Indústria de Componentes Automotivos (Sindipeças) já levou ao governo e que recebeu o apoio do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC mostra que a participação do valor de peças compradas no país num carro no qual hoje consta índice de nacionalização de 60% cairia para 21% se fosse registrado somente o que foi efetivamente gasto com componentes nacionais. Os 39 pontos percentuais restantes se referem ao custo com a manufatura (incluindo despesas como mão de obra, luz, etc) e gastos para a venda, como publicidade.

O governo terá ainda mais uma questão a resolver: como calcular o índice de nacionalização das próprias autopeças. A maior parte das empresas que fornecem diretamente para as montadoras também importa. São os chamados sistemistas. Um sistemista compra peças de subfornecedores para fabricar conjuntos completos, que

vão desde o sistema de freios, por exemplo, até o painel do carro, feito de uma infinidade de peças.

Uma empresa de autopeças instalada no Brasil pode, por exemplo, montar um conjunto a partir de itens importados. E vendê-lo à montadora como peça nacional. Controlar o índice de nacionalização desse produto será outro desafio para o governo.

Além disso, a discussão envolve interesses distintos dentro de um mesmo setor. Os sistemistas estão menos interessados no controle da nacionalização do que as empresas menores. A prova de que a própria indústria de autopeças passou a importar com mais vigor nos últimos anos está na sua balança comercial, também deficitária desde 2007. O resultado foi negativo em US\$ 84 milhões em 2007, saltando para o déficit de US\$ 2,5 bilhões em 2008, US\$ 2,4 em 2009 e US\$ 3,5 bilhões em 2010.

Segundo Jalinier, que está deixando a presidência da Renault no Brasil para assumir o comando da Renault Sport F1 na França, a empresa prefere comprar componentes no país onde produz seus carros para evitar a oscilação cambial.

Jalinier apelidou a alta de IPI em 30 pontos percentuais nos carros com baixo conteúdo local de "super IPI". Para ele, o novo tributo é, de fato, elevado demais. Mas os efeitos da medida dependem do que virá depois: "Se não houver um plano de competitividade ao longo de dois a três anos o efeito do 'super IPI' poderá ser pior".

STF julga responsabilidade de sócio

14/12/2011- Valor Econômico

Uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) trouxe um importante precedente para sócios e administradores que respondem por dívidas tributárias de suas empresas. A 2ª Turma entendeu, por unanimidade, que eles só podem ser responsabilizados se tiverem participado do processo administrativo que discutiu a cobrança dos tributos.

Para o relator do caso, ministro Joaquim Barbosa, devem ser aplicados os princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório desde a fase administrativa. Seu voto foi seguido pelos demais ministros. Porém, no caso analisado, que envolveu os sócios da paraense Colway Pneus, constatou-se que houve a participação das partes no processo administrativo. Por isso, o pedido não foi atendido.

Ainda assim, tributaristas entendem que a decisão, a primeira sobre o tema, já demonstra uma tendência do Supremo. Segundo o advogado Diogo Ferraz Lemos Tavares, do Freitas Leite Advogados, tem sido prática recorrente da Fazenda Nacional lavrar autos de infração apenas contra a companhia e só incluir a responsabilidade dos sócios e administradores posteriormente, ao executar a dívida. "Porém, quem foi responsabilizado sequer teve o direito de se defender no processo administrativo", afirma. Agora, com decisão do Supremo, Tavares acredita que já há uma sinalização de que os ministros devem ser favoráveis aos contribuintes nessas discussões.

Isso poderá alterar o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que tende a responsabilizar os sócios e administradores incluídos na certidão de dívida ativa (CDA), sem levar em consideração se eles foram citados ou não nos processos administrativos. Em abril de 2009, a 1ª Seção do STJ, decidiu que, se o nome do sócio ou do administrador estiver na CDA, caberá a ele - e não ao Fisco - provar na

Justiça que não se enquadra nas situações previstas no Código Tributário Nacional (CTN) que possibilitam a responsabilização pessoal por débitos tributários da empresa. O executivo terá que demonstrar que não agiu com excesso de poderes ou infringiu a lei, o contrato social ou o estatuto da empresa. Como o julgamento foi em sede de recurso repetitivo, passou a servir como orientação aos demais tribunais.

Na ocasião, ao julgar o tema no STJ, de acordo com o advogado Diogo Tavares, a ministra Eliana Calmon chegou a argumentar que o sócio não poderia ser responsabilizado caso não tivesse participado do processo administrativo. Porém foi vencida pelos demais ministros. Como a discussão envolve violação a dispositivos constitucionais, como ampla defesa e direito ao contraditório, Tavares acredita que a última palavra será do STF. "Ninguém pode ser responsabilizado por algo sem ter o direito de se defender", afirma. "A CDA tem apenas que refletir o processo administrativo."

O advogado Igor Mauler Santiago, do Sacha Calmon - Misabel Derzi Consultores e Advogados, também concorda que essa decisão do Supremo, proferida em outubro, representa um avanço em relação ao posicionamento anterior do STJ. "De fato, agora exige-se que ele tenha participado do processo administrativo, ou seja, que a inserção de seu nome na CDA foi ou poderia ter sido objeto de contestação", diz.

Para o advogado Júlio de Oliveira, sócio do Machado Associados, a recente decisão deve complementar o entendimento já manifestado pelo Supremo de que o sócio só pode responder por dívida tributária se ficar comprovado que ocorreu dolo. A Corte julgou esse tema em novembro de 2010, por meio de repercussão geral. "Sócios e administradores devem ter a oportunidade de se manifestar desde o início do processo administrativo", afirma.

A advogada Glaucia Lauletta, sócia do Mattos Filho, no entanto, discorda. Para ela, a decisão do Supremo acabou por privilegiar um excesso de formalismo, ao determinar que sócios ou administradores só poderiam responder se fizerem parte do processo administrativo. Para ela, isso contraria o que estabelece o Código Tributário Nacional (CTN) e pode impedir que sócios que tenham cometido atos ilícitos sejam punidos.

Procurada pelo **Valor**, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) preferiu não se manifestar, no momento, sobre o assunto. O advogado da Colway Pneus, Flávio Zanetti de Oliveira, não foi localizado pela reportagem.

Butori: expectativa de forte crescimento em 2013

14/12/2011- Newsletter Automotive Business

Paulo Butori (foto) demonstrou otimismo com os novos cenários para o setor de autopeças nesta terça-feira, 13, à noite, quando recebeu os associados do Sindipeças no Clube Monte Líbano, em São Paulo, para o tradicional encontro de fim de ano. Diante de cinco centenas de executivos e empresários do setor, o presidente da entidade deixou recado positivo: o governo deve estimular as empresas de autopeças, levando adiante as promessas de incentivar o desenvolvimento de tecnologia e inovação.

Embora 2012 comece morno, com encomendas em baixa, especialmente no segmento de veículos comerciais, ele prevê um aquecimento a partir do segundo trimestre. "O melhor virá em 2013, depois dos ajustes nas regras para o conteúdo local de

autopeças na fabricação de veículos e correspondente tributação do IPI", disse.

O dirigente explicou a Automotive Business, pouco antes do jantar de gala, que há novos entendimentos com a Argentina visando à definição de critérios para cálculo do conteúdo regional de autopeças em sistemas automotivos para trocas no âmbito do Mercosul. Atualmente o índice exigido dentro do regime de livre comércio é de 60%, mas o Sindipeças admite que há enormes dificuldades para o controle e fiscalização desse índice.

Butori admitiu que o governo deve aguardar momento adequado para divulgar novas regras relativas ao regime automotivo, que eram esperadas para 15 de dezembro. Na segunda-feira, em encontro de empresários no Hotel Emiliano, em São Paulo, ele ouviu de representantes do governo, entre os quais o ministro Fernando Pimentel, que há determinação em buscar fórmulas para incentivar a produção local de autopeças, enquanto avançam os esforços para estímulo à competitividade da indústria automobilística.

O Sindipeças agendou evento sobre inovação no primeiro trimestre de 2012, em sintonia com as esperadas iniciativas do governo na promoção do desenvolvimento tecnológico na indústria automobilística. "As coisas começam a acontecer. O Ministério da Ciência e Tecnologia anuncia estímulos importantes à formação de pessoal, com a concessão de cinco mil bolsas de estudos no exterior. Deve ocorrer, também, o repatriamento de pesquisadores brasileiros que atuam em outros países", observou Butori

O dirigente afirmou haver expectativa para ingresso de volumes expressivos de recursos financeiros no mercado brasileiro em 2012, que podem se traduzir em investimentos, apesar das dificuldades enfrentadas pela economia internacional, a partir da zona do euro. Embora os bancos europeus tenham problemas de liquidez, acontece o contrário com empresas do segmento de manufatura automotiva, que estão capitalizadas e interessadas em oportunidades no atrativo mercado brasileiro.

Automotive Business calcula que há R\$ 64 bilhões em aportes até 2015 já anunciados por fabricantes de veículos e autopeças. O governo está confiante na efetivação dessas aplicações, destinadas a novas fábricas e veículos e negocia alguma flexibilização nas regras de conteúdo local, estipulado em 65% pelo Decreto 7567 para dispensa do pagamento de 30 pontos extras no IPI de veículos. Os importadores filiados à Abeiva pedem a implantação de um sistemas de quotas para evitar a imposição do imposto adicional, enquanto os newcomers da indústria automobilística negociam com o Ministério da Indústria e Comércio, em contrapartida aos investimentos realizados, flexibilidade na importação de veículos até que suas fábricas entrem em operação.

Renault comemora melhor ano no Brasil

14/12/2011- Newsletter Automotive Business

Jean-Michel Jalinier (foto) deixa este mês a presidência da **Renault do Brasil**, para assumir o comando da Renault Sport F1, que fornece motores para quatro equipes da

Fórmula 1. As funções mudam bastante, mas o verbo que ele mais tem conjugado continua o mesmo: acelerar. Isso porque, durante sua passagem de quase três anos pelo País, Jalinier esteve à frente de um verdadeiro grand prix de mercado. Quando chegou, em 2009, a participação da marca francesa nas vendas domésticas mal se mantinha em 4%, porcentual que cresceu para 4,8% em 2010 e subiu a 5,2% este ano, com pico de 7% em novembro – ou 9% se forem consideradas somente as praças nas quais a Renault está presente com concessionárias, que já passam de 200 e cobrem 80% do território nacional.

O aumento da fatia de mercado está diretamente relacionado com dois anos seguidos de crescimento para lá de acelerado, muito acima do ritmo médio do mercado. Em 2010 a expansão das vendas da Renault foi de 36,4% sobre 2009, enquanto a média foi de 12%. Este ano o incremento é de 21%, mais de cinco vezes acima da média de 3,3% projetada pela Anfavea, a associação dos fabricantes.

“Quando cheguei esperava por um bom desempenho, mas não tanto”, confessa Jalinier. A Renault deve fechar 2011 com quase 200 mil veículos vendidos no Brasil, o que faz do País o segundo maior mercado da marca no mundo, atrás da França e à frente da Alemanha. “Só não passamos de 200 mil unidades porque os negócios caíram um pouco neste fim de ano”, diz o executivo, que deixa o cargo para seu sucessor, o também francês Olivier Murget, com projeção de novo crescimento expressivo em 2012, em torno de 15%, três a quatro vezes maior do que os 4% a 5% estimados pela Anfavea. O objetivo é vender 230 mil Renault, garantindo evolução de mais um ponto porcentual na participação de mercado, para 6,5%.

Sustentação do crescimento

Jalinier garante que deixa a casa arrumada para Murget, com dinheiro em caixa para o programa de investimento de R\$ 1,5 bilhão até 2015, que ele já começou a gastar em 2010 para começar o plano de expansão da fábrica de São José dos Pinhais (PR) e lançar novos produtos. Para Jalinier, três fatores fizeram a diferença a favor da Renault no mercado brasileiro em 2011: o ingresso em novos segmentos com o lançamento do sedã Fluence e do utilitário esportivo Duster, o aumento da capacidade produtiva e a expansão da rede, com 28 inaugurações de concessionárias em 2011, sendo que 20 delas em cidades onde a marca não estava presente antes – e este ano estão previstas mais 30 lojas.

A Renault já trabalha em três turnos no Paraná e a produtividade deve crescer dos atuais 45 carros/hora para 60 até o início de 2013, quando a capacidade deve avançar para até 300 mil unidades/ano. “Essa expansão é fundamental para sustentar nosso crescimento, pois é mais fácil cortar produção do que acelerar”, avalia Gustavo Schmidt, vice-presidente comercial. Ele destaca que os lançamentos de 2011 acrescentaram volumes importantes. O Sandero, também renovado este ano, continua a encabeçar as vendas, com cerca de 40% dos emplacamentos da marca no País. Mas o modelo já começa a perder espaço para o recém-lançado Duster, que em seu primeiro mês cheio (novembro), vendeu quase 4 mil unidades, bem acima da previsão de 2,5 mil e dos 2,7 mil do rival direto, o Ford EcoSport. Para 2012, a fórmula da Renault para o mercado brasileiro não deve mudar muito. Estão previstas sete novidades, entre versões e reestilizações. Até 2015 estão programadas mudanças maiores, com lançamentos de 13 veículos completamente novos. “Claro que vamos participar de segmentos novos também”, confirma Schmidt. “Este ano foi um bom exemplo de nossa estratégia aqui. Vamos seguir renovando permanentemente nossos produtos”, avisa Jalinier.

Mas as apostas continuam no mesmo sentido: “Não pretendemos importar modelos

da Europa. Acreditamos que temos produtos adequados para o mercado brasileiro. Nossa prioridade aqui é desenvolver carros para os segmentos de maior volume”, garante Jalinier – que agora passa a lidar, no negócio da Fórmula 1, com volumes muito menores e glamour muito maior. “Mas passei bons momentos aqui. Vou com saudades.”

IBGE estima queda na venda de veículos no varejo

14/12/2011- Newsletter Automotive Business

O horizonte pode não ser bom para as vendas no **varejo de automóveis**, graças a preços mais altos, a uma possível redução do crédito e à demanda saturada, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). As vendas varejistas de automóveis e motos, partes e peças recuaram 2,8% em outubro em relação a setembro. A queda foi ainda maior na comparação com outubro de 2010, de 4%, conforme a Pesquisa Mensal de Comércio (PMC).

"Primeiro, o governo aumentou o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) de importados, porque as próprias montadoras estavam importando automóveis para a venda aqui no Brasil. Então o governo inibiu isso com o aumento de IPI e o custo aumentou", apontou Reinaldo Pereira, gerente da Coordenação de Serviços e Comércio do IBGE. "Em segundo lugar, acho que houve muitas vendas em 2009 e 2010, então há uma saturação no mercado", acrescentou.

Pereira contou ainda que há indícios de um aumento na inadimplência em financiamentos de automóveis, o que poderia levar a uma redução nessa modalidade de crédito. "Tenho escutado informações de que há um aumento da inadimplência do pagamento de mensalidades. Isso pode levar à redução de crédito. E como é uma atividade muito sensível ao crédito, pode ter uma piora nas vendas de automóveis. Temos que pagar para ver", disse.

Gfip - Declaração pode ser retida para análise por irregularidade ou erro

14/12/2011- Notas COAD

O Secretário da Receita Federal do Brasil e o Presidente do INSS, através da Portaria Conjunta 3.764, de 13-12-2011, publicada no Diário Oficial de hoje, dia 14/12, disciplinaram as normas sobre a retenção para análise da Gfip - Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social com irregularidade detectada ou no caso de erro de fato na declaração.

A pessoa jurídica ou equiparada ou o responsável pelo envio da Gfip retida para análise será intimado a prestar esclarecimentos ou retificar a declaração. O não atendimento à intimação ou a não retificação da Gfip no prazo determinado ensejará a não homologação da declaração.

As Gfip retidas, enquanto pendentes de análise, e as não homologadas não surtirão efeitos perante o INSS e a RFB.

Poderá também ser objeto de retenção a Gfip transmitida por pessoa jurídica ou equiparada, cuja situação seja inapta, baixada ou nula no CNPJ; ou encerrada ou cancelada no CEI.

Veja a seguir a íntegra da Portaria Conjunta 3.764 RFB-INSS/2011:

"PORTARIA CONJUNTA Nº 3.764, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2011

Dispõe sobre a retenção para análise das Guias de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social -GFIP - nos casos em que especifica e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL e o PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, no uso das atribuições que lhes conferem, respectivamente, o inciso III do art. 273 da Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, e o art. 26 do Anexo I do Decreto nº 7.556, de 24 de agosto de 2011, e tendo em vista o disposto na Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, nos arts. 80 a 82 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, no art. 16 da Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999, no art. 19 do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, na Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009, na Instrução Normativa RFB nº 1.005, de 8 de fevereiro de 2010, e na Portaria RFB nº 2.439, de 21 de dezembro de 2010, resolvem:

Art. 1º As Guias de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social - GFIP - poderão ser retidas para análise com base na aplicação de parâmetros internos estabelecidos conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil -RFB - e pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

Art. 2º A Pessoa Jurídica ou equiparada ou o responsável pelo envio da GFIP retida para análise será intimado a prestar esclarecimentos sobre a irregularidade detectada ou no caso de erro de fato, a retificar a declaração.

§ 1º O não atendimento à intimação ou a não retificação da GFIP no prazo determinado ensejará a não homologação da declaração.

§ 2º As GFIP retidas, enquanto pendentes de análise, e as não homologadas não surtirão efeitos perante o INSS e a RFB.

Art. 3º Sendo constatado o envio de GFIP por Pessoas Jurídicas ou equiparadas que estejam com seus registros cadastrais extintos, cancelados ou baixados nos respectivos órgãos de registro, porém ativos nos cadastros da RFB, o titular da unidade da RFB do domicílio tributário da pessoa jurídica ou equiparada deverá instaurar procedimento administrativo sumário para baixa da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ - ou encerramento/cancelamento da matrícula no Cadastro Específico do INSS - CEI.

§ 1º Na hipótese deste artigo, a autoridade de que trata o caput deverá publicar Ato Declaratório Executivo - ADE - no Diário Oficial da União - DOU - com a relação das Pessoas Jurídicas ou equiparadas baixadas no CNPJ e encerradas/canceladas no CEI.

§ 2º Após a conclusão do procedimento administrativo de que trata este artigo, as GFIP transmitidas pelas Pessoas Jurídicas ou equiparadas que forem declaradas inaptas, baixadas ou encerradas não produzirão efeitos para o INSS e para a RFB, dispensada, neste caso, a intimação de que trata o art. 2º.

Art. 4º Poderão também ser objeto de retenção as GFIP transmitidas por Pessoa Jurídica ou equiparada, cuja situação seja:

I - Inapta, baixada ou nula no CNPJ; ou

II - encerrada ou cancelada no CEI.

Parágrafo único. As GFIP transmitidas pelas Pessoas Jurídicas ou equiparadas que se enquadrem nas condições previstas no caput não produzirão efeitos para o INSS e para a RFB, independentemente da intimação de que trata o art. 2º.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALBERTO FREITAS BARRETO

Secretário da Receita Federal do Brasil

MAURO LUCIANO HAUSCHILD

Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social"

IR - Pessoa Física - A RFB irá creditar o 7º Lote do IRPF 2011 amanhã, dia 15/12

14/12/2011- Notas COAD

De acordo com a Coordenação Especial de Ressarcimento, Compensação e Restituição -Corec da RFB, no dia 15 de dezembro de 2011 serão creditadas, simultaneamente, as restituições referentes ao lote do exercício de 2011 (ano calendário 2010), residual de 2010 (ano calendário de 2009), residual de 2009 (ano calendário de 2008) e residual de 2008 (ano calendário de 2007), mediante depósito bancário, para um total de 110.525 contribuintes, totalizando R\$ 255.091.276,88.

Para o exercício de 2011, serão creditadas restituições para um total de 86.979 contribuintes, totalizando R\$ 211.390.978,56, já acrescidos da taxa selic de 7,67 % (maio a dezembro de 2011). Desse montante, 10.201 referem-se aos contribuintes de que trata a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), totalizando R\$ 40.398.714,41.

Quanto ao lote residual do exercício de 2010, serão creditadas restituições para um

total de 12.872 contribuintes, totalizando R\$ 24.319.719,37, já acrescidos da taxa selic de 17,82 %.

Com relação ao lote residual do exercício de 2009, serão creditadas restituições para um total de 6.317 contribuintes, totalizando R\$ 12.041.501,25, já atualizados pela taxa selic de 26,28 %.

Já para o lote residual de 2008, serão creditadas restituições para um total de 4.357 contribuintes, totalizando de R\$ 7.339.077,70, já atualizados pela taxa selic de 38,35 %.

Para saber se teve a declaração liberada, o contribuinte deverá acessar a página da Receita na Internet (<http://www.receita.fazenda.gov.br>).

A restituição ficará disponível no banco durante um ano. Se o contribuinte não fizer o resgate nesse prazo, deverá requerê-la por meio da Internet, mediante o Formulário Eletrônico - Pedido de Pagamento de Restituição, ou diretamente no e-CAC, no serviço Declaração IRPF.

A Corec informa, também, que, caso o valor não seja creditado, o contribuinte poderá contatar pessoalmente qualquer agência do BB ou ligar para a Central de Atendimento por meio do telefone 4004-0001 (capitais), 0800-729-0001 (demais localidades) e 0800-729-0088 (deficientes auditivos), para agendar o crédito em conta-corrente ou poupança, em seu nome, em qualquer banco.

Fonte: RFB

14/12/2011- Notas COAD

As pessoas jurídicas que efetuaram, no 1º decêndio de novembro/2011, retenção do IR na fonte nos pagamentos ou créditos decorrentes de juros sobre capital próprio e aplicações financeiras, inclusive os atribuídos a residentes ou domiciliados no exterior, e títulos de capitalização; prêmios, inclusive os distribuídos sob a forma de bens e serviços, obtidos em concursos e sorteios de qualquer espécie e lucros decorrentes desses prêmios; e de multa ou qualquer vantagem, de que trata o artigo 70 da Lei 9.430/96, devem recolher o imposto até hoje, dia 14/12.

Direito do Trabalho - Justa causa: empregado não faz jus a férias proporcionais com um terço

14/12/2011- Notas COAD

O empregado dispensado por justa causa não tem direito a receber do empregador o pagamento de férias proporcionais mais um terço. Com base na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e na Súmula 171, a Oitava Turma do Tribunal Superior do Trabalho liberou a empresa Conservas Oderich S.A. de pagar a verba rescisória a um ex-funcionário, demitido por faltar reiterada e injustificadamente ao serviço.

Contratado em novembro de 2009, inicialmente na função de serviços gerais, o autor, após dois meses de trabalho, passou a ser operador de máquinas. Em sua reclamação, argumentou que a empresa aplicou rigor excessivo na punição, pois teria faltado apenas dois ou três dias. Provas documentais, porém, indicaram que o operário já havia sido advertido em três ocasiões e, mesmo assim, faltou novamente ao trabalho mais quatro dias nos meses seguintes, e, por isso, foi recebido duas suspensões no total de três dias. Depois de faltar mais uma vez, depois das suspensões, acabou demitido por justa causa, em agosto de 2010.

Ao examinar o recurso do trabalhador contra a sentença que manteve a dispensa por justa causa, o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (RS) esclareceu que a ausência reiterada, sem justificativa, viola a obrigação contratual do empregado de prestar serviço e permite ao empregador a rescisão do contrato sem ônus. O Regional fez questão de ressaltar o correto procedimento da empresa de graduação de pena para cada episódio de faltas injustificadas, aumentando a punição em decorrência da reiteração. O empregado foi notificado e punido para que percebesse os atos faltosos que vinha cometendo e emendasse seu comportamento e, em todas as punições aplicadas, havia o aviso de que a reincidência acarretaria novas penas. A atitude do autor de desconsiderar isso e persistir na prática de desídia possibilitou, assim, a configuração da pena da justa causa.

Apesar de considerar a dispensa justificada, porém, o TRT-RS condenou a empresa a pagar férias proporcionais acrescidas de um terço, relativas ao último período contratual. O fundamento foi o artigo 7º, XVII, da Constituição da República e o artigo 11 da Convenção 132 da OIT, ratificada pelo Brasil por meio do Decreto 3.197/99, que não faz exceção à concessão do benefício quando cessa a relação de emprego.

A Oderich, considerando indevida a condenação, interpôs recurso de revista, alegando violação dos artigos 146, parágrafo único, da CLT e contrariedade à Súmula 171 do TST, além de apresentar julgado com decisão contrária para demonstração de divergência jurisprudencial.

Para o relator do recurso, juiz convocado Sebastião Geraldo de Oliveira, a questão já não comporta mais controvérsia no TST, que pacificou o entendimento da matéria

com a edição da Súmula 171, contrariada pelo acórdão do TRT/RS. Após o voto do relator, em decisão unânime, a Oitava Turma excluiu as férias proporcionais da condenação.

Processo: RR - 733-60.2010.5.04.0104

FONTE: TST

Tribunal - Turma reconhece estabilidade de gestante em contrato de experiência

14/12/2011- Notas COAD

A Primeira Turma do Tribunal Superior do Trabalho reconheceu o direito de uma trabalhadora gestante a receber salários e demais direitos correspondentes ao período de estabilidade, mesmo em se tratando de contrato de experiência. A Turma seguiu o voto do relator, ministro Walmir Oliveira da Costa, no sentido de que o direito independe da modalidade do contrato de trabalho, e que o item III da [Súmula 244](#) do TST, que exclui a estabilidade nos contratos de experiência, está superado pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF).

O pedido formulado pela gestante em reclamação trabalhista ajuizada contra a empregadora, Turqueza Tecidos e Vestuários Ltda., foi inicialmente indeferido em primeiro e segundo graus. O Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região (GO), ao manter a sentença contrária à pretensão da trabalhadora, entendeu que o direito da gestante ao emprego, previsto no artigo 10, inciso II, alínea 'b' do [Ato das Disposições Constitucionais Transitórias](#) (ADCT), não abrangeria os contratos firmados sob a modalidade de experiência. "É que os contratos de experiência têm sua extinção com o advento do termo final ou da condição resolutiva", assinalou o Regional. "A extinção do contrato em face do seu término não constitui dispensa arbitrária ou sem justa causa".

Ao recorrer ao TST, a empregada sustentou que o único critério previsto para a estabilidade provisória é a confirmação da gravidez durante o contrato. Uma vez constatada essa condição, a gestante tem assegurado o emprego até cinco meses após o parto.

O ministro Walmir Oliveira a Costa acolheu a argumentação. "A garantia visa, em última análise, à tutela do nascituro", assinalou. Em seu voto, o relator lembrou que o [ADCT](#) veda a dispensa arbitrária ou sem justa causa da empregada gestante desde a confirmação da gravidez até cinco meses depois do parto, sem distinção entre o contrato a prazo determinado, como o de experiência, ou sem duração de prazo.

"O único pressuposto do direito à estabilidade (e à sua conversão em indenização, caso ultrapassado o período de garantia do emprego) é a empregada encontrar-se grávida no momento da rescisão contratual, fato incontroverso no caso", afirmou. "Nesse cenário, é forçoso reconhecer que o item III da [Súmula 244](#) não é impedimento para o reconhecimento da estabilidade, sendo irrelevante se o contrato fora celebrado sob a modalidade de experiência, que poderá ser transformado em prazo indeterminado".

Para o ministro Walmir Oliveira da Costa, o entendimento desse item da [Súmula 244](#) encontra-se superado pela atual jurisprudência do STF, no sentido de que as gestantes, inclusive as contratadas a título precário, independentemente do regime de trabalho, têm direito à licença maternidade de 120 dias e à estabilidade provisória

desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto. "Daí se defluiu, portanto, que a decisão do TRT-GO divergiu da orientação da Suprema Corte, à qual incumbe a interpretação final da Constituição", concluiu.

Por unanimidade, a Primeira Turma deu provimento ao recurso da gestante e condenou a empregadora a pagar os salários e demais direitos correspondentes ao período de estabilidade, com juros e correção monetária.

Processo: [RR-107-20.2011.5.18.0006](#)

FONTE: TST

CSLL, PIS e COFINS - Contribuições retidas na 2ª quinzena de novembro vencem dia 15/12

14/12/2011- Notas COAD

As pessoas jurídicas de direito privado que efetuaram retenção da CSLL, do PIS e da Cofins sobre pagamentos a outras pessoas jurídicas de direito privado por serviços prestados na 2ª quinzena de novembro/2011, devem recolher as contribuições na próxima quinta-feira, dia 15/12.

Também devem ser recolhidas hoje, pelos fabricantes de máquinas e veículos classificados nos códigos 84.29, 8432.40.00, 84.32.80.00, 8433.20, 8433.30.00, 8433.40.00, 8433.5, 87.01, 87.02, 87.03, 87.04, 87.05 e 87.06 da TIPI, bem como os fabricantes de peças, componentes ou conjuntos destinados a estes produtos, as retenções na fonte, efetuadas na 2ª quinzena de novembro/2011, do PIS e da Cofins sobre pagamentos à pessoa jurídica pela aquisição de autopeças constantes dos Anexos I e II da Lei 10.485/2002 (exceto pneumáticos).

Aposentadoria - Novo perfil da população pede mudança na Previdência e nas políticas distributivas

14/12/2011- Notas COAD

O Ministério da Previdência Social espera o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgar os microdados do Censo 2010 no começo de 2012 para atualizar as projeções quanto ao envelhecimento da população e avaliar as demandas futuras para o pagamento de aposentadorias e a sustentabilidade do sistema de Previdência.

Por ora, chama a atenção a velocidade do envelhecimento, como assinala o secretário de Políticas de Previdência Social, Leonardo Rolim. "Ainda não se utilizou os dados do Censo 2010, mas esses números atuais já indicam o envelhecimento da população brasileira bem mais rápido do que ocorreu com a maioria dos países. Hoje, a gente tem 10% da população com mais de 60 anos, em 2050 isso vai chegar a 30%".

Na opinião do gerente do Projeto Componente da Dinâmica Demográfica do IBGE, Fernando Roberto Albuquerque, os dados do censo evidenciam a necessidade de rever urgentemente a legislação previdenciária. "Já passou o momento de revisão", comentou, ao lembrar que a esperança de vida ao nascer no Brasil em 2010 era de 73,48 anos (ou 73 anos, 5 meses e 24 dias na idade cronológica), um incremento de três anos na década.

O conjunto da população envelhece porque diminui a proporção de crianças. A fecundidade está abaixo da taxa de reposição, ou seja o número médio de filhos por mulher, que era 2,38 em 2000, caiu para 1,86 em 2010. O dado terá repercussão futura no financiamento da Previdência.

Há um tom "alarmista" nas avaliações demográficas que assinalam o atual momento como uma "janela de oportunidade" para efetuar, por exemplo, a revisão da Previdência Social, é o que diz o professor de sociologia da Universidade de Brasília (UnB), Marcelo Medeiros. "Muito mais importante que a demografia é o funcionamento da sociedade (...) A prioridade do debate deve ser as circunstâncias em que as pessoas podem se aposentar, como tornar a aposentadoria mais social. Essa discussão de alongar a idade é uma maneira de economizar dinheiro, que é importante, mas a pergunta que a gente tem que fazer é como torná-la mais social - como eu vou dar aposentadoria para a dona de casa que não trabalhou? Para ela, não tem idade e não tem renda?", pergunta.

Medeiros, que é especialista em desigualdade social, assinala que o Censo 2010 mostra que o país continua a ter "uma massa de população de baixa renda separada de uma elite pequena, mas muita rica". Os dados do censo contabilizam que a parcela dos 10% com os maiores rendimentos ganhava em 2010 44,5% do total e a dos 10% mais pobres, apenas 1,1%. Como já verificado em outras análises, a pobreza tende a ser mais feminina e rural. A renda na zona rural representou 46,1% (R\$ 596) da média verificada na zona urbana (R\$ 1.294). O rendimento médio mensal das mulheres (R\$ 983) representou 70,6% da renda dos homens (R\$ 1.392).

Na opinião do professor, o fenômeno da desigualdade no Brasil tem que ser compreendido melhor e será necessário "atuar sobre essa elite para que possa reduzir a desigualdade a partir daí", acrescenta, lembrando que apenas o enfrentamento direto da pobreza (com programas como o Bolsa Família) não será suficiente, e que a carga dos impostos indiretos (contidos nos preços dos produtos) pesa mais na renda dos mais pobres.

O diretor de Estudos e Políticas Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Jorge Abrahão, concorda com a avaliação sobre os impostos, mas pondera que uma reforma tributária distributiva poderá enfrentar resistência. "O grau de dificuldade para mexer na desigualdade é saber que conjuntura política o país terá para mexer na desigualdade passada. É possível restabelecer uma nova estrutura patrimonial no Brasil? Se não é, como é que podemos fazer? Por exemplo, imposto sobre grandes fortunas? Ou um mais poderoso sobre o imposto de transmissão *causa mortis*?".

FONTE: Agência Brasil

Energia Elétrica - ONS informa que o consumo de energia elétrica continua em alta no país

14/12/2011- Notas COAD

O consumo de energia elétrica no país registrou alta de 3,7% em novembro, na comparação com o mesmo mês do ano passado. No período de janeiro a novembro deste ano, em relação a igual período de 2010, houve aumento de 3,5%. Os dados constam no boletim de carga mensal do Operador Nacional do Sistema (ONS).

Na comparação com outubro deste ano, o consumo em novembro foi positivo em 1,6%. Nos últimos 12 meses, houve crescimento de 3,7%. A Região Sul foi a que teve

maior aumento, 5,2% em 12 meses, à frente do Sudeste/Centro-Oeste, que registrou 3,9%, e do Norte, com 4,4%. A Região Nordeste, nos últimos 12 meses, teve crescimento de apenas 0,7%.

Segundo o ONS, o aumento no consumo no Sistema Interligado Nacional (SIN) representa o momento econômico do país: "a taxa de crescimento da carga de energia verificada em novembro, em relação ao mesmo mês do ano anterior, reflete a continuidade do movimento de menor dinamismo da atividade econômica, no qual os índices da produção industrial vêm mantendo um ritmo mais moderado de crescimento".

Fonte: Agência Brasil

Débito Trabalhista - Devedores trabalhistas podem consultar cadastro e antecipar pagamentos

14/12/2011- Notas COAD

A partir da próxima quinta-feira (15/12), o Tribunal Superior do Trabalho (TST) e o Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) abrirão uma consulta prévia ao Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT), que permitirá aos empregadores verificar sua situação quanto ao pagamento de dívidas decorrentes de condenações pela Justiça do Trabalho. A consulta, regulamentada por ato da Presidência do TST, foi facultada a partir de uma demanda feita ao presidente do Tribunal, ministro João Oreste Dalazen, pelos próprios empregadores, preocupados com a entrada em vigor, no dia 4 de janeiro, da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

A consulta poderá ser feita no período de 15/12/2011 a 3/1/2012 pelo portal do TST na Internet. O Ato Conjunto TST/CSJT nº 41/2011 regulamenta a abertura pública do BNDT "em caráter provisório e precário". O banco ainda está em fase de alimentação e seu conteúdo, portanto, é parcial. A consulta, assim, tem efeito meramente informativo, e as certidões expedidas nesse período não terão valor legal, porque podem não refletir a real situação do devedor.

Para o ministro Dalazen, o interesse demonstrado por diversas empresas e instituições de tomar ciência prévia de sua inclusão no banco de devedores já é um indicador positivo da importância da Certidão Negativa para a efetividade do cumprimento das decisões judiciais. A partir de sua entrada em vigor, as empresas interessadas em licitar com o poder público terão de apresentar a certidão para atestar que não têm dívidas pendentes. Cientes de sua situação, ainda que de forma parcial, os empregadores (inclusive as grandes empresas, que são parte em grande número de processos e muitas vezes possuem condenações subsidiárias ou solidárias) poderão providenciar a quitação do débito antes de 4 de janeiro.

Devedores já se mobilizam

Para diversos trabalhadores que têm créditos a receber de seus empregadores ou ex-empregadores, a certidão negativa nem entrou em vigor, mas os efeitos da [Lei nº 12.440/2011](#) já começam a surgir. Devedores se mobilizam para fazer pagamentos voluntários em execução trabalhista pela simples possibilidade de inclusão de seu nome no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT).

Juízes do trabalho de todo o País comemoram os resultados precoces. "Era previsível esse tipo de efeito em empresas com o mínimo senso de organização", afirma o juiz Antonio Umberto de Souza Júnior, da 6ª Vara do Trabalho de Brasília. "Ainda que a

limitação jurídica não tenha começado a valer, há a limitação de imagem pela inclusão do nome na lista de devedores". De acordo com o Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (DF-TO), só na 21ª Vara do Trabalho de Brasília, por exemplo, já houve dois casos de pagamento voluntário de dívidas por empresas de grande porte.

Em Mato Grosso, a situação se repete. As empresas de telecomunicações são as que mais estão procurando a Justiça para quitar débitos. A Brasil Telecom já protocolou proposta de acordo na Vara de Lucas do Rio Verde, como conta a juíza auxiliar da presidência do TRT da 23ª Região, Eleonora Lacerda. "Essas empresas estão adiantadas nesse processo por serem mais bem organizadas juridicamente e anteverem o problema", avalia. "Como elas participam de licitações quase que diariamente, estão trabalhando para não sofrer a consequência de uma certidão positiva". Segundo a magistrada, a procura se dá em decorrência da imposição feita pela lei que criou a CNDT. "Dessa forma, e considerando o recesso prestes a começar, as empresas estão se antecipando para evitar problema futuro", acrescenta.

No Ceará, a Telemar-OI também procurou a Justiça do Trabalho com o propósito de fechar acordos trabalhistas. E a CNDT foi a grande responsável por isso, segundo a juíza Gláucia Monteiro, do TRT da 7ª Região. "Acredito que é uma tendência dos grandes devedores, porque eles não querem se arriscar a perder uma licitação. E como a validade da CNDT é de seis meses, cometer novos débitos nesse período pode não ser uma boa ideia", diz ela.

No Rio Grande do Sul, além do interesse dos devedores no pagamento, várias consultas têm sido feitas em relação à garantia do juízo. "Parece que os devedores, com o intuito de obter uma certidão positiva, com efeito de negativa, estão preocupados com a qualidade da garantia do juízo, com vistas a evitar a discussão sobre a avaliação e aceitação dos bens indicados", diz o juiz Marcelo Bergmann Hentschke, do TRT da 4ª Região. O magistrado avalia que os TRTs que adotarem a sentença líquida (nas quais os valores da condenação já vêm especificados) terão uma nova e efetiva fase de conciliação, logo após a homologação dos cálculos ou da citação para pagamento.

FONTE: TST

IR - Pessoa Jurídica - Impostos federais poderão ser pagos com cartão de crédito

14/12/2011- Notas COAD

Os contribuintes poderão pagar todos os impostos federais com cartão de crédito ou de débito a partir do ano que vem. O Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Darf) passará a ser impresso com códigos de barra para facilitar a operação, informou à Agência Brasil o secretário da Receita Federal, Carlos Alberto Barreto.

A medida permitirá o pagamento de impostos em qualquer equipamento como os caixas eletrônicos que tenham o leitor de código de barras, instalados em shoppings, postos de gasolina, supermercados, por exemplo. A operação estará disponível também para o contribuinte pagar as cotas do imposto de renda devido.

"Isso é uma grande novidade um avanço que nós vamos colocar em 2012 permitindo, inclusive, que o viajante que chegue do exterior ou o estrangeiro que venha visitar o país, entre outros, possa fazer o pagamento de tributos, utilizando o cartão de débito e crédito", disse Carlos Roberto Occaso, subsecretário de Arrecadação e Atendimento da Receita Federal.

Atualmente o contribuinte pessoa física depois de fazer a declaração do imposto de renda e verificar se tem imposto a pagar necessita imprimir o Darf para pagar a dívida em uma única ou mais parcelas, mas sem o código de barras. Outra opção é autorizar o débito em conta-corrente ao preencher a declaração.

Em 2011, um total de 24.370.072 de contribuintes enviou a Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física ao Fisco. O número superou a estimativa da Receita Federal, que esperava receber 24 milhões de formulários.

Fonte: Agência Brasil

Embraco terá compressores autolubrificantes

14/12/2011- CIMM

Materiais inteligentes e autolubrificantes produzidos a partir da metalurgia do pó e desenvolvidos em parceria entre duas empresas e um laboratório da Universidade Federal de Santa Catarina renderam duas patentes e podem contribuir para diminuir o consumo de energia dos compressores herméticos para refrigeração. O projeto foi desenvolvido durante cinco anos entre o Laboratório de Materiais (LabMat), Embraco e Lupatech e está em fase de testes pelas indústrias. Os novos produtos tem previsão para serem comercializados em 2013.

"Queríamos unir a empresa consumidora do novo material, a Embraco, com outra capaz de produzir e fornecer o produto desenvolvido no laboratório", explica o coordenador do laboratório Aloisio Klein. Dessa forma, a Lupatech fica responsável pela produção dos novos materiais para a Embraco e, no caso de venda para outros clientes, a fabricante de compressores recebe uma porcentagem dos royalties.

O desenvolvimento do produto veio a partir de uma necessidade da Embraco, considerada um modelo de inovação do país e com quem o laboratório possui parceria há 25 anos. Recentemente a empresa ouviu 180 especialistas de vários países para discutir o planejamento para inovação até 2020. "Ninguém está pensando em uma solução pontual para um problema da fábrica e sim em projetos futuros. Assim é que se desenvolve inovação, não em projetos de alguns meses. Esse modelo é coisa do passado", enfatiza o professor.

Klein trabalha com metalurgia do pó desde 1984 e os estudos do laboratório na área já resultaram em sete patentes aprovadas e mais seis já foram requeridas. Em uma das patentes produzidas o lubrificante sólido é gerado "in situ" durante a sinterização pela dissociação de carbeto de silício (SiC). Com a adição do carbeto de silício, a grafita que se formaria logo no início do processo, passa a se formar apenas quando submetida a elevadas temperaturas. Essa característica permite a formação de uma camada protetora uniforme em toda a peça. O silício enriquece a matriz ferrosa e estabiliza a fase a, na qual a solubilidade de carbono é muito baixa (menor que 0,02%); em decorrência, o carbono é retido no local de origem da partícula de carboneto dissociado formando partículas nano estruturadas reduzindo o coeficiente de atrito e desgaste do material.

A outra patente procura, através da mistura, em proporções variáveis de dois tipos de partículas lubrificantes sólidos, produzir um material com características de auto adaptação em ambientes com diferentes graus de umidade e gases refrigerantes. A

liga apresenta baixo coeficiente de atrito, ora devido à grafita ora devido ao nitreto de boro hexagonal, ambos lubrificantes sólidos.

Chineses devem comprar Saab, GM se opõe

14/12/2011- CIMM

A SAAB pode ser vendida na próxima semana para uma fábrica chinesa. O CEO da empresa, Victor Muller, negocia a venda com montadoras e bancos chineses. A Pang Da Automobile Trade e Zhejiang Youngman Lotus Automobile concordaram em pagar € 100 milhões de euros pela companhia. Os chineses também ofereceram um empréstimo emergencial de € 610 milhões a partir do ano que vem.

O impedimento para a compra vem da General Motors. A montadora ameaça deixar de fornecer motores caso a venda se concretize, especialmente para o Saab 9-4x. O principal argumento em oposição a venda é a necessidade de transferência de tecnologia para a Youngman. Victor Muller empresa declarou que não será necessário chegar a um consenso com a GM, porque ela não está disposta a isso e garantiu que "a negociação envolve apenas empréstimos e não haverá trocas".

A SAAB tem um enorme dívida não divulgada com a GM e deve salários a 3.700 funcionários da empresa que entraram com processo na justiça sueca. Desde abril a montadora interrompeu suas atividades em sua fábrica de Trollhättan, na Suécia. A justiça do país deu um prazo de seis dias para a SAAB apresentar um plano de pagamentos aos funcionários e credores. A proteção contra os credores solicitada em setembro pela SAAB encerra em 21 de dezembro.